Práticas, implicações e produções da Psicologia no Judiciário

Practices, implications and productions of Psychology in the Judiciary

**Daniele de Oliveira Rodrigues; Diego Pereira Flores; Fernanda
Almeida Guimarães; Maria Lívia do Nascimento**

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mesmo nome, iniciada em 2003 e vinculada ao Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social (PIVETES/UFF). Seu principal objetivo é colocar em análise as práticas que os psicólogos vêm produzindo no Judiciário, a saber, em Juizados da Infância e Juventude e em Varas de família no Estado do Rio de Janeiro. Para pensar o cotidiano desses profissionais e problematizar as instituições que vêm se afirmando nesse espaço, foram tomadas como ferramentas as noções de implicação, análise de implicações e sobreimplicação propostas por René Lourau. Através das entrevistas realizadas com os psicólogos, percebemos que o acúmulo de tarefas e a urgência em realizá-las, muitas vezes, possibilitam a constituição de um campo sobreimplicado, dificultando a análise das relações institucionais presentes nas práticas. Em contrapartida, encontramos também psicólogos que, fugindo de uma intervenção no campo do individual, onde a subjetividade é tomada como interioridade a ser diagnosticada ou interpretada, apostam na construção de uma prática que contextualiza sócio-historicamente o indivíduo como sujeito de direitos.

Palavras-chave: práticas psi; análise de implicações; Judiciário.

ABSTRACT:

The present work belongs to a research that has the same name, started in 2003 and bonded with the PIVETES/UFF (Intervention Project Turned to Gear and Social Exclusion Territories). Its main target is to analyse the practices that the psychologists are producing in the Judiciary, in Childhood and Youth Judgeship and in Family Jurisdiction in the Rio de Janeiro State. To think the quotidian of these professionals and to problemize the institutions that are affirming this place, we took as theoretical tools the notions of implication, implication analysis and “overimplication” proposed by René Lourau. Through the interviews made with the psychologists, we realized that the increase of work and the urgency of them, many times, it makes possible the constitution of a “overimplication” field, turning difficult the institution relations analysis presented in the practices. Although, we also found psychologists who, are acting differently of an intervention in the individual field, which the subjectivity is taken as inwardness to be diagnosed or interpreted, so they vest their practices related to the social-historical contexts, turnig possible the individual as a subject of rights.

Key words: psy practices; implication analysis; Judiciary

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mesmo nome, iniciada em 2003 e vinculada ao Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social (PIVETES/UFF), que, desde seu início, no ano de 1993, vem pesquisando a produção dos especialismos na área da justiça da infância e da juventude¹.

Nos dois últimos anos, nosso foco voltou-se para as práticas que os psicólogos vêm produzindo nos Juizados da Infância e Juventude de nosso estado. No Rio de Janeiro, o primeiro concurso público para psicólogo na área da justiça ocorreu em 1998 – fato que marca a criação do cargo –, embora anteriormente já houvesse psicólogos atuando no Judiciário, na condição de ‘desvio de função’. Dessa forma, fortalece-se um novo

especialismo, denominado Psicologia Jurídica. Acreditando que essa emergente área de atuação do psicólogo deve ser colocada em análise, problematizada, entrevistamos alguns desses profissionais, a fim de conhecer algumas práticas/discursos que vêm sendo produzidas por eles. Entendemos que seu cotidiano é atravessado por diferentes instituições², devendo ser compreendido como um espaço em construção.

Tomamos como base para a realização deste trabalho ferramentas como: o enfoque histórico-genealógico de Michel Foucault (1979), a noção de produção de subjetividade de Félix Guattari (1986), a filosofia da diferença de Gilles Deleuze (1996; 1998) e referenciais teóricos da Análise Institucional, de Lourau e Lapassade. A primeira nos ajuda a pensar a emergência das ciências humanas e, em especial, do discurso psicológico, no contexto de uma história que não se forja linear e evolutiva, mas descontínua, no embate de forças e de estratégias dispersas no tecido social. Este enfoque nos permite compreender algumas relações de poder que se constituem e se atualizam na prática psicológica, assim como alguns de seus efeitos enquanto saber legitimado cientificamente.

Félix Guattari articula certas produções semióticas às produções econômicas da sociedade industrial-capitalista. Elas determinam processos de subjetivação em nível coletivo, no sentido de um controle das possibilidades de expressão singular que escapem aos modelos dominantes de subjetividade. “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 31).

Gilles Deleuze também é um referencial em nossa pesquisa, tendo como principal perspectiva o abandono do pensamento filosófico dominante, que privilegia o fundamento e as verdades incontestáveis, negando assim qualquer essência e enfatizando a produção histórico-social de conceitos. Estes estarão em constante mudança, visto que o papel da filosofia, na perspectiva deleuziana, é o de estar sempre criando e produzindo.

Quanto à Análise Institucional, buscamos conceitos-ferramentas como os de implicação, análise de implicações, sobreimplicação, pesquisa-intervenção e restituição. Segundo Lourau, o conceito de implicação é o grande escândalo da Análise Institucional, uma vez que irá questionar a “natural” posição de neutralidade que o pesquisador almeja manter diante de seu objeto de pesquisa. Para a corrente institucionalista, a implicação é um nó de relações (LOURAU, 1990), conexões que o pesquisador estabelece com as múltiplas instituições que o atravessam: sexo, família, posição sócio-econômica, política, justiça etc. Sendo assim, podemos afirmar que implicado sempre se está, uma vez que tais relações não podem ser renegadas para fins de obtenção de uma ciência neutra. A noção de implicação irá romper com a perspectiva positivista, problematizando o distanciamento entre objeto a ser conhecido e sujeito que conhece.

Visto que sobre a implicação não temos poder – ela não depende de nossa vontade consciente –, podemos dizer que o que nos interessa é a análise de implicações, que supõe uma análise dos lugares que ocupamos, dos processos que nos constituem como intelectuais, das produções dos nossos saberes, da repercussão de nossas práticas e do contexto em que tais práticas se configuram. Assim, na visão da Análise Institucional, o que na

perspectiva positivista ficaria à margem da pesquisa aparece como um aspecto de extrema relevância. Entende-se que acontecimentos, sentimentos, estranhamentos, inquietações, dificuldades, enfim, tudo o que remete o sujeito a problematizar as relações que o atravessam participa do texto. Assim, faz parte da pesquisa aquilo que poderia ser considerado o resto, o que não se aproveita, o que não é científico.

A partir da proposta da análise de implicações, podemos pensar a noção de pesquisa-intervenção. O simples fato de estarmos em determinado lugar implica uma intervenção: o objeto de estudo se transforma, assim como o próprio pesquisador; ambos se constituem no processo da pesquisa. Existe aí uma relação de troca, de construção e reconstrução, de posicionamento e reposicionamento, de inovação, de produção.

O termo implicação é, por vezes, usado equivocadamente para designar o grau de participação, de compromisso, de engajamento. Este desvio do conceito em um uso voluntarista, produtivista, supostamente pragmático, levou Lourau a construir a noção de sobreimplicação. Esta se refere ao isolamento em um dos campos de análise, elevando-o a um patamar no qual supostamente seria possível avaliar o valor do sujeito pelo seu grau de ativismo, por seu comprometimento.

Tal isolamento pode impedir a análise de implicações e, ao mesmo tempo, produzir uma série de efeitos, dentre eles o de alimentar a prerrogativa empresarial da “qualidade”, da competência técnica.

O que define a sobreimplicação é, ao contrário, uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas (NASCIMENTO e COIMBRA, 2004: 4).

Outra ferramenta por nós utilizada e que muito nos ajuda em nossa análise de implicação é a restituição. Através dela também se afirmam os movimentos de troca, de construção/reconstrução, posicionamento/reposicionamento. Ao “término” da pesquisa, mais do que uma devolução, uma socialização da mesma, a restituição compreende a negação do outro enquanto objeto passivo de pesquisa, afirmando-o enquanto co-construtor da mesma.

A restituição pressupõe, portanto, momentos de discussão, debates, embates e, mesmo, confrontos. Coletivizar os resultados da pesquisa pressupõe colocarmo-nos constantemente em análise. Assim, a restituição, segundo Lourau (1993), seria:

(...) uma atividade intrínseca à pesquisa, um feedback tão importante quanto os dados contidos em artigos de revistas e livros científicos ou especializados. Ela nos faz considerar a pesquisa além dos limites de sua redação final; ou melhor, de sua transformação em mercadoria cultural para servir unicamente ao pesquisador e à academia (p. 56).

Fazendo uso dessas ferramentas, temos produzido algumas análises e intervenções. Uma delas se refere à necessidade de se pensar no que se pretende ao instituir o psicólogo como mais um especialista a exercer, no território do Poder Judiciário, seu saber/poder. Dessa forma, as implicações que envolvem esse saber psicológico, e daí as de cada profissional que se dispõe a trabalhar na justiça, são alguns dos temas que nos interessam colocar em análise e que propomos discutir aqui.

Certamente, discursos psicologizantes já eram enunciados por outros especialistas no âmbito da Justiça, assim como a individualização de questões históricas e políticas já ocorre nesse território há muito tempo, mesmo antes de o psicólogo ser convocado a nele atuar. De acordo com *Clio-Psyché – Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia*

Foucault (1996), o Direito moderno, na sua função estatal de efetivação de uma ordem, supostamente objetivada nas leis, faz uso de práticas de normatização que produzem o indivíduo, modelando seus comportamentos, disciplinando seus corpos, muito além do cumprimento de uma legislação. A idéia de norma já traz certos componentes que a psicologia viria a organizar enquanto uma disciplina, enquanto saber científico capaz de enunciar verdades sobre o homem, ao lado da medicina e das demais ciências humanas.

Seguindo nessa linha de pensamento, a entrada concreta da psicologia na Justiça, na figura do psicólogo concursado, com cargo cativo, apenas institui uma posição de poder que já se anunciava anteriormente.

Eis aí uma primeira questão que nos convoca, de imediato, a uma análise de implicações. Seria possível entrar nesse território de poderes tão demarcados, de instituições tão duras, e propor outras produções, que não sejam fortalecedoras da manutenção de uma ordem excludente, conservadora? Acreditamos que sim, mas sabemos que não é fácil.

A formação em psicologia tende a ser, de modo geral, pseudamente despolitizada, fortalecendo a idéia de uma natureza humana que em nada dependeria das questões históricas e políticas. Aliás, tem como pressuposto um total afastamento entre o que é do campo psicológico e o que é do campo político, o que garantiria à psicologia sua cientificidade, por manter-se neutra. Ao instituir um certo modelo de homem enquanto objeto a ser investigado, os discursos *psi* vão buscar elementos universais que o constituiriam, podendo, então, determinar leis que explicariam seus comportamentos e seu psiquismo. Assim, a formação psicológica anuncia um humano, apontando suas propriedades, delineando seus destinos a partir de diagnósticos, apontando desvios, patologias, propondo ajustes ou

adaptações. Aproxima-se o olhar do psicólogo de um humanismo que pretende fazer “o bem”, mas que, para tanto, vai afirmar o que é certo, o que é bom, o que é saudável, instituindo modelos de vida que seriam corretos.

Na Justiça, no entanto, ficam mais evidentes os efeitos políticos do saber psicológico. Torna-se claro o poder que possui, e será demandado ao psicólogo fazer uso dele, a fim de buscar a verdade que deverá levar à justiça. É visibilizado, então, claramente, o caráter julgador do psicólogo. Se ele é convocado a determinar uma parte da verdade – a que seria especialidade sua –, é porque foi formado cientificamente e, portanto, possui legitimidade discursiva sobre o humano, determinando suas verdades mais íntimas. Surge, então, uma questão que complementa aquela que formulamos anteriormente: a psicologia já não seria, sempre, um saber que visa a manter a ordem? O humanismo que atravessa seus discursos, suas verdades, não seria ele mesmo tão duro e cristalizado como o espaço do Judiciário?

Dessa forma, o desafio do psicólogo na Justiça seria o de tentar subverter a formação *psi*, estranhar esse saber normatizador que tem o poder de enunciar, criar outras visões do que é humano, onde o pressuposto possa ser o da capacidade de criação e singularização da existência. Em suma, levar para seu cotidiano essa capacidade de estranhamento para pensar outras formas de atuação.

Consideramos que para produzir estes questionamentos é fundamental a análise de implicações, a fim de nos confrontarmos com essas relações que constituem a prática psicológica, na sua relação política com a história e com a sociedade, nos posicionando eticamente. Com esse olhar, procuramos em nossa pesquisa perceber alguns movimentos que a

psicologia vem criando ou reproduzindo nesse espaço, tendo o cuidado de não generalizar as produções que têm sido feitas, visando a não cair na armadilha da produção científica de verdades fechadas e deterministas, que endureceriam algo que é processual.

De fato, muitos dos psicólogos que entrevistamos nos falaram de suas dificuldades em contestar demandas por um trabalho puramente técnico e científico, onde fossem positivamente objetivos e categóricos. No Judiciário, o que se quer do psicólogo, quase sempre, é que faça uso de seu saber elaborando diagnósticos, prescrevendo terapêuticas, apontando aptidões, qualificando ou desqualificando sujeitos, no sentido de chegar a uma verdade sobre os mesmos, facilitando o julgamento a ser deliberado pelo juiz.

A produção de laudos com essas características foi apontada pelos psicólogos entrevistados como uma das principais funções que lhes são cobradas. Encontrar formas de escapar a essa exigência, ou pelo menos contorná-la, é um desafio. A pressão por que passam é grande, principalmente nos casos em que o juiz é francamente hierárquico, não admitindo laudos e relatórios que não atendam aos chamados ‘princípios de objetividade’, chegando por vezes a devolver os que considera insuficientes, e até desqualificando o profissional que os produziu.

Além disso, há a pressão pela produtividade, pela urgência em se responder aos casos, em dar conta de pilhas de processos, que vão se amontoando nas mesas. A burocracia e o ativismo combinam perfeitamente, produzindo sobreimplicação no trabalho dos técnicos. Eles se vêem extremamente atarefados na produção de relatórios, nos atendimentos individuais, na resposta aos mecanismos burocráticos. Com isso, muitas vezes, sentem-se impossibilitados de produzir análises mais

amplas e coletivas em seu cotidiano, onde possam pensar mais tranqüila e criticamente sobre seu funcionamento. Essa sobreimplicação dificulta, também, a saída dos gabinetes, a busca por parcerias fora do Judiciário, como por exemplo com os Conselhos Municipal e Estadual e demais Fóruns – espaços onde as políticas de proteção à infância são discutidas.

Essa produção das urgências, da associação entre quantidade e competência que se manifesta no sobretrabalho, é, atualmente, um movimento presente em todas as esferas da sociedade. Cresce a necessidade de produzir mais e mais, de competir com os outros, contra o tempo, até contra si mesmo e seus limites, para conseguir acompanhar o ritmo alucinante dessa sociedade pós-industrial, regida pela dinâmica das máquinas informacionais e pela compressão tempo-espaço³.

Também percebemos, nas entrevistas, que os psicólogos questionam bastante a possibilidade de existir, ou não, lugar para uma abordagem clínica no espaço dos Juizados. Alguns percebem uma clara impossibilidade de proceder a um trabalho dessa ordem naquele contexto. Há, dentro desse entendimento, algumas posições que se colocam no sentido de perguntar qual seria, então, o papel do psicólogo ali, dado grande parte das questões emergentes não serem “subjetivas”, individuais, voltadas para a clínica, estando mais vinculadas ao “social” e, mesmo, à política. Para estes psicólogos, muitas questões caberiam mais ao serviço social, ou seja, naturalizam os especialismos. Outros, entretanto, admitem possibilidades de prática que não estejam, necessariamente, articuladas a uma determinada clínica, ou a essa especificidade de objeto que supostamente circunscreveria um território bem definido para a sua intervenção – o campo do indivíduo e de uma subjetividade tomados como interioridade a ser diagnosticada ou

interpretada. Existem, também, aqueles profissionais que entendem seu trabalho, justamente, como uma intervenção preponderantemente individual, no sentido de uma certa clínica, e que não levantam grandes questionamentos acerca dos limites que essa abordagem possa ter, a não ser quanto à sua aparente oposição à objetividade requerida nos laudos .

Longe de querermos detectar essências nas práticas dos psicólogos entrevistados, percebemos uma gama diferenciada de posturas. Às vezes, dentro de uma única entrevista, várias linhas discursivas aparecem, apontando para a multiplicidade de práticas que atravessam o cotidiano desses profissionais. Entretanto, nos interessa problematizar aqui que fatores poderiam contribuir para um certo entendimento, talvez ainda predominante, de que a psicologia estaria intrinsecamente ligada a uma determinada clínica. Ou mais ainda, que implicações do psicólogo poderiam estar impedindo-o, muitas vezes, de perceber outras possibilidades de intervenção – possibilidades estas que, para além da produção dos laudos, não estejam circunscritas a uma certa prática clínica, que naturaliza as dicotomias individual-social, subjetividade-objetividade, desejo-necessidade.

Parece-nos que essas questões surgem, principalmente, a partir das implicações do psicólogo com as teorias nas quais é formado. Como colocamos anteriormente, entendemos que a formação em psicologia tende para o fortalecimento das dicotomias. A maioria das teorias psicológicas tem como pressuposto um homem recortado de seu mundo social e individualizado em seu “mundo íntimo”, apartado das conexões históricas e políticas que o atravessam. Essa visão é preponderante, mesmo com o aparente ecletismo que vemos nos cursos, incorporando da chamada psicologia experimental até a Psicanálise. Contudo, soma-se a isso a

posição privilegiada que uma certa área clínica possui na maioria dos currículos, em especial a clínica pseudamente despolitizada, intimizante, familiarizante e psicologizante.

Outra questão interessante, que fala diretamente das implicações desses profissionais, diz respeito aos motivos que os levam a desejar trabalhar na Justiça. A maioria absoluta dos entrevistados apontou a questão financeira como o principal deles. Os salários bons, pelo menos se comparados à realidade que vemos no Brasil para nossa profissão, os levaram a fazer o concurso para o cargo. Esse é um analisador interessante, que evidencia algumas questões.

Será que haveria, além da questão financeira, interesse em trabalhar num espaço tão rígido e hierárquico, onde pressões são constantes, no qual a função do técnico é operar julgamentos, quando não atuar de forma policialesca, e onde a violência aparece constantemente? Muitos dos que se candidatam a esse trabalho não conhecem, de fato, a realidade que encontrarão. Muitos vêem até um certo *glamour* em trabalhar na Justiça, sendo o salário um componente desse ideal. Outros pensam na estabilidade que terão em um emprego no serviço público. Como não nos interessa individualizar essas questões, mas, ao contrário, entendê-las como produções históricas, percebemos aí subjetividades típicas da sociedade capitalista. Esta forja um ideal de vida que se calca na profissão como passaporte para a cidadania, insígnia de dignidade e respeito que confere ao sujeito um lugar especial na sociedade. No entanto, a falta de empregos é a realidade, até mesmo para os que têm formação superior. Os salários são indignos e respeita-se a cidadania apenas de quem ainda consome. Assim, fica claro que o cargo de psicólogo no judiciário aparece como uma oportunidade de emprego atraente, num momento em que os postos de *Clio-Psyché – Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia*

trabalho, mesmo no serviço público, de modo geral, estão diminuindo. Não por acaso, aliás, já que pela lógica neo-liberal a intervenção estatal deve aumentar no âmbito do controle penal, ao passo que as demais funções, que antes o Estado deveria garantir, são deixadas a cargo do capital privado, agravando ainda mais a exclusão social⁴.

Nesse sentido, o “analisador D”⁵ aí aparece fortemente, mostrando as implicações que temos com o sistema capitalista, produtor de desigualdades e de medo. Nesse contexto, é evidente que muitos profissionais buscarão a “estabilidade” desse cargo, apesar das questões éticas que possam ter, do desafio e da pressão que encontrarão, do conhecimento, ou não, das funções que serão demandadas, de serem estas funções, ou não, condizentes com seu ideal de profissão.

Para finalizar, é importante ressaltar que o uso de nossas ferramentas não se limita às análises das entrevistas com os profissionais. Entendemos ser fundamental que façamos uso, em nosso próprio grupo de pesquisa, dos conceitos já referidos no presente artigo. Eles nos ajudam a pensar sobre as implicações e sobreimplicações que atravessam o cotidiano de nosso próprio trabalho, analisando as relações que mantemos com as instituições presentes na Universidade. Em determinados momentos de nossa trajetória, nos deparamos com um excesso de compromissos e tarefas que, por vezes, não temos a possibilidade de cumprir. Vemo-nos diante de obrigações burocráticas, eventos externos, cursos que ministramos e trabalhos internos exigidos pela própria pesquisa. Tais compromissos nos atropelam vorazmente, muitas vezes impossibilitando alguns questionamentos: para que estamos fazendo tantas coisas?; o que esperamos com isto?; estamos somente respondendo às burocracias?; como lidamos com elas?

Entendemos a experiência humana como sendo histórica e social. Sendo assim, é difícil nos posicionar do lado de fora da lógica atual, governada pela correria e pela busca desenfreada da produção, como quem assiste a um espetáculo. Somos atores e, como nossos entrevistados, temos muitas vezes dificuldades em colocar em análise nossas implicações e visibilizar nossos pontos de sobreimplicação. Dessa maneira, precisamos estar atentos a esse tipo de funcionamento, sem, no entanto, cair na armadilha da culpabilização individual. Pelo contrário, é pela afirmação do dispositivo grupal, valorizando o espaço coletivo, que nossas implicações podem estar sendo constantemente analisadas. Fazendo esse exercício, cotidianamente, poderemos estranhar esse funcionamento sobreimplicado e pensar estratégias de escape, afirmando outras formas, mais criativas, de produção acadêmica.

Referências Bibliográficas

- COIMBRA, C. M. B & NASCIMENTO, M. L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?. Mimeo: 2004.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyolla, 1993.

LOURAU, R. Implication et surimplication. *La revue de Mauss* nº10, 1990.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1993.

NASCIMENTO, M. L. (org). *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro/ Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, 2002.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Daniele de Oliveira Rodrigues, Diego Pereira Flores e Fernanda Almeida Guimaraes são alunos do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Maria Livia do Nascimento é professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: livianascimento@cruiser.com.br

¹ Para saber mais sobre as pesquisas realizadas pelo programa, consultar Nascimento (2002).

² Instituição, na visão da Análise Institucional, não é sinônimo de estabelecimento, mas de produções históricas, reproduzidas por práticas sociais hegemônicas, muitas vezes tomadas como naturais. Estão em constante processo de criação, apesar da aparente rigidez de suas formas.

³ Sobre o assunto, consultar Harvey (2002).

⁴ Sobre o assunto, consultar Wacquant (2001).

⁵ A Análise Institucional enfatiza a importância do *analisador D* (dinheiro) como forma de desnaturalização da relação de troca capitalista, trazendo para o debate os atravessamentos que o dinheiro pode ter, especialmente nas práticas psicoterápicas.